APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA JC MOTOS

Silva, Nilse da,¹ PEREIRA, André da Rosa²

Resumo

Este trabalho teve como objetivo a implantação inicial das normas internacionais de contabilidade, conforme a Resolução CFC nº 1255/09, em uma empresa de pequeno porte na cidade de Ibirubá, tendo como base orientar os administradores acerca da adoção da referida norma e os procedimentos adequados, considerando a obrigatoriedade do processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade. Para obtenção das informações utilizou-se pesquisa aplicada, descritiva, participante, estudo de caso e documental, com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados junto à empresa em estudo através de documentos e extratos bancários. O levantamento dos dados para a elaboração do balanço inicial revelou ao gestor da empresa a importância dos dados a serem observados a partir dessa data, para correta adequação às normas contábeis. E maior transparência nas demonstrações, como também efetuar a avaliação do imobilizado, atribuindo um valor justo aos mesmos, e reconhecer os mesmos devidamente.

PALAVRAS CHAVE: Contabilidade. Demonstrações Contábeis. Normas Internacionais.

ABSTRAT

This work had as objective the initial implantation of the accounting international standard, according to the Resolution CFC number 1255/09, in a small enterprise in Ibirubá's city, having for base to advise the managers about adoption of referred standard and the right procedures, considering the obligatoriness of the convergence process for the international accounting standards. To obtention of the informations used itself applied, descriptive, participating research, case's and documental study, with a qualitative approach. The datas were collected by the side of the enterprise in studying through the documents and bank statements. The datas' survey for the elaboration of initial balance revealed to the enterprise's manager the datas' importance to be noticed, since this date to the right approval to the accounting standards. And the most tranparency in demonstrations, also carrying out the fixed assets appraisal, attributing a fair value to themselves, and recognize them properly.

KEY WORDS: Accounting. Financial Statements. International Standards.

¹ PESQUISADORA - Discente do oitavo semestre de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ/2011.

² ORIENTADOR - Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ/2011.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade antes definida como simples técnica de registro, passou a exercer com mais ênfase nas organizações, as funções de controle e planejamento. Aliado a isso, o objetivo central da contabilidade é fornecer o maior número possível de informações sobre a situação patrimonial e de desempenho das empresas. Contudo, há muito tempo os profissionais da contabilidade limitava-se a cumprir somente as formalidades legais impostas pelos entes governantes, sem muita análise crítica dos relatórios emanados da contabilidade.

Com o passar do tempo a contabilidade tornou-se a linguagem dos negócios, tanto nacionalmente como em nível mundial. Os conflitos gerados pela aplicação das regras de cada país foram acentuados. Com isso, a não utilização padronizada de processos de mensuração, ocasionava muitos problemas. Através de organismos internacionais de contabilidade, criaram-se critérios de harmonização referente às práticas contábeis, denominados de Normas Internacionais de Contabilidade.

Atualmente o Brasil está inserido entre os países oficialmente comprometidos com a adoção das Normas. Para que essa padronização ocorresse, foram introduzidas através das Leis n° 11.638/07 e 11.941/09 profundas alterações na Lei das Sociedades por Ações.

Em termos de regulamentação, advindas das referidas leis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é o responsável pela emissão de pareceres de orientação quanto às novas políticas contábeis a serem adotadas pelas empresas ou entidades.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) adotou o Pronunciamento Técnico PME editado pelo IASB (*International Accounting Standart Board*) através da Resolução CFC n° 1.255/09 e 1.285/10 (glossário de termos), que a partir de 01/01/2010 passa a vigorar a NBCT 19.41 tratando das normas uniformes para pequenas e médias empresas brasileiras.

O presente artigo propõe estudar e implantar procedimentos contábeis, estruturados com base na Norma para PME's, no que tange em transformar as operações da empresa em estudo em demonstrações contábeis, devido a mesma não possuir contabilidade regular.

Dessa forma, pretende-se gerar informações para melhorar os controles internos, bem como utilizar a contabilidade para planejar investimentos. E, por fim, relatar as diferenças nos relatórios contábeis antes e pós a Resolução CFC n° 1255/09.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS

A contabilidade por ser uma ciência social aplicada, é fortemente influenciada pelo ambiente onde atua. E, conseqüentemente acaba refletindo nas práticas contábeis de uma nação, onde sua evolução está vinculada diretamente ao nível de desenvolvimento econômico e financeiro de cada país. (Niyama, 2008).

O grande objetivo da contabilidade é disponibilizar aos seus usuários o maior número possível de informações e transparência sobre seu patrimônio e suas mutações. Nesse sentido, o conceito da Prevalência sobre a Forma trata das transações e outros eventos em sua essência econômica e não apenas sobre a forma legal, sendo esse o pilar básico das normas internacionais de contabilidade.

Com o exposto, os procedimentos contábeis seguindo as normas internacionais de contabilidade, devem prevalecer a natureza econômica do evento a ser escriturado e não mais a forma em que está legalmente apresentado.

As regras valem para todas as empresas, independente do porte, o CPC criou a Resolução nº1255/09 que regulamenta os procedimentos para as PME's, considerando que as Pequenas e Médias empresas representam a maioria das organizações constituídas no Brasil, que englobam os três principais segmentos econômicos, isto é, indústria, comércio e prestação de serviços, sendo responsáveis por uma movimentação financeira expressiva para o país.

Tais empresas, muitas vezes produzem relatórios contábeis apenas para o uso externo, isto é, para agentes financeiros, fornecedores, autoridades fiscais ou governamentais, e não para fins internos ou gerenciais.

Considerando essa realidade na grande maioria das pequenas e médias empresas brasileiras, e a partir da adoção de padrões internacionais de contabilidade, essas empresas terão que se adaptar às exigências regulamentares, no que se refere ao registro das operações mercantis.

Por esse motivo, as pequenas e médias empresas, após adotarem os novos procedimentos contábeis, poderão aprimorar o processo de escrituração, para melhor visualização de sua posição financeira, de desempenho e dos fluxos de caixa.

Outra situação consiste em usufruir das informações através dos relatórios contábeis com a finalidade de utilizar no controle e planejamento das operações. E assim, expandir as

atividades mercantis de maneira mais equilibrada e segura no ramo que atua, inclusive com maior competitividade no cenário local ou regional, e obtendo, resultados mais condizentes quanto a sua realidade.

Considerando a obrigatoriedade, e outros fatores a empresa comercial em estudo busca um conjunto de alternativas, que viabilizem as decisões e os procedimentos adequados para a atual situação, salientando a importância de observar tais demonstrações e resultados, para melhorar a competitividade, atender as exigências em relação a licitações públicas, referentes ao fornecimento de peças e manutenção motos da Empresa brasileira de Correios e Telégrafos da Região do Alto Jacuí.

O objetivo principal do estudo é propor a implantação dos procedimentos contábeis, para proporcionar aos donos e gestores da empresa informações úteis, para a tomada de decisões.

No que se refere à opção de tributação, a empresa em estudo atualmente é optante pelo simples nacional. Porém, o contador responsável pela sua contabilidade não efetua escrituração contábil, somente a fiscal. Tendo em vista a obrigatoriedade de adequação e implantação desses novos procedimentos, as pequenas e médias empresas têm a necessidade de se adaptar a essa realidade na contabilidade brasileira.

Por isso, o estudo busca auxiliar a implantação dos procedimentos iniciais referentes a abertura de balanço patrimonial, e, por conseguinte o rol de critérios a serem cumpridos para a elaboração dos demonstrativos contábeis, todos, com finalidade mais interna do que externa.

Em relação aos objetivos específicos desse artigo efetuou-se inicialmente o levantamento patrimonial através do inventário geral inicial. Posteriormente, identificaram-se os procedimentos básicos iniciais de escrituração, de acordo com as normas atuais para pequenas e médias empresas, bem como demonstração das diferenças entre os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, despesas e receitas pelas normas anteriores e a Resolução CFC nº 1255/09.

O estudo foi desenvolvido com base em dados advindos de uma Pequena Empresa, (JC MOTOS), que atua no ramo de mecânica e assistência de motos, bem como venda de peças e toda linha de acessórios multimarcas, e venda de motos novas e usadas localizada em Ibirubá - RS. Fundada em 27/08/1997.

2.2 CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 2005, tem como finalidade estudar, preparar e emitir pronunciamentos sobre procedimentos contábeis e divulgar informações sobre os mesmos, referentes às Normas Internacionais de contabilidade uniformes em todos os países. Na busca de melhor entendimento dessas demonstrações contábeis o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emite normas convergentes com as Normas Internacionais, para as Pequenas e Médias Empresas com o objetivo de uniformizar procedimentos contábeis e conseqüentemente as informações contidas em seus relatórios. Para auxiliar a tomada de decisões e avaliações por usuários de maneira geral, com o propósito de atender não apenas necessidades específicas de determinados grupos, mas também para todos os interessados.

Conforme a resolução CFC nº1121/08 as características qualitativas são os principais atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os seus diversos usuários, suas características são:

Compreensibilidade: As demonstrações devem ser compreensivas, de fácil entendimento, para que pessoas que não sejam especialistas no assunto tenham a devida noção das demonstrações relevantes. Não omitir nenhuma informação, por se tratar de assuntos complexos. (Iudícibus, 2000, p.64).

Relevância: Segundo a *International Accounting Standards Committee* (IASC), “a relevância é uma das características ou qualidades mais importantes para a informação contábil”. A informação é relevante por ser capaz de influenciar na tomada de decisões, avaliando os acontecimentos.

A informação sobre a posição patrimonial e financeira e de desempenho, são muito utilizados para a projeção de desempenhos futuros. (Iudícibus e Marion, 2002, p.65).

Materialidade: Iudícibus (2006, p. 80) diz que:

A contabilidade pode ser feita com requinte de detalhe que visem à sua perfeição e que, na verdade, se revelam imateriais, pois pelo benefício adicional gerado pela informação é superado pelo custo (mensurado também em tempo) para gerá-la.

Confiabilidade: As demonstrações devem ser de profunda confiabilidade, não deve conter erros, estar livre de qualquer suspeita, desconfiança ou desvios, por as mesmas ser responsáveis pela tomada de decisões através de suas informações. Para Iudícibus (2002, p. 66): A informação possui a qualidade da confiabilidade por estar livre de erros materiais e vieses e com isso é aceita pelos usuários como demonstração fiel do que está destinada a representar ou que se espera que represente.

Primazia da essência sobre a forma: Transações e eventos devem ser contabilizados de acordo com sua essência e não apenas de forma legal, o que aumenta a confiabilidade das demonstrações. A essência das transações nem sempre são consistentes, com o que aparenta ser, com base na forma legal, ou artificialmente produzida. (Resolução CFC nº1121/08).

Neutralidade: A informação contida nas demonstrações contábeis para ser confiável, deve ser neutra, isto é, imparcial. Os relatórios contábeis não são neutros se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado diferente ou desfecho predeterminado. (Resolução CFC nº 1121/08).

Prudência: Refere-se à qualidade das informações referentes de ativo e ou receitas, de passivos ou despesas, impedindo que os mesmos sejam super valorizados. Os responsáveis pela efetuação das demonstrações contábeis se deparam muitas vezes com incertezas como, possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a provável vida útil das máquinas e equipamentos e o número coberto por garantias que possam ocorrer. Tais demonstrações devem ser reconhecidas com certo grau de precaução, nos julgamentos necessários em certas condições de incertezas. (Resolução CFC nº 1121/08).

Integridade: Diz respeito ao fato da informação compreender todos os elementos relevantes e significativos sobre o que divulgar, por exemplo transações, provisões, análises, demonstrações, opiniões e outros. (Iudícibus, 2006, p.85).

Comparabilidade: Inudícibus,(2006,p.85) afirma:

A contabilidade deve poder propiciar ao usuário o discernimento da evolução, no tempo, da entidade observada ou comparações entre entidades distintas, não devendo, entretanto, constituir entrave para a evolução qualitativa da informação.

Tempestividade: Para o autor Iudícibus, (2006, p. 85) “O fato de que as informações e demonstrações contábeis, para serem úteis para usuários, devem ser editadas em tempo hábil para que, o tomador de decisões possa extrair o máximo de utilidade da informação para propósitos a que se destina”.

A mesma envolve informações no tempo que está sendo executada a decisão, se houver atraso sem justa causa, ela pode perder sua relevância e confiabilidade, ou seja, deixar de ser importante, o administrador da entidade, tem a obrigação de elaborar relatórios, em tempo certo e oportuno, com informações confiáveis, para melhores resultados financeiros e econômicos.

2.3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As devidas demonstrações devem representar de forma confiável suas transações, de acordo com critérios de ativos, passivos, receitas e despesas.

Segundo a Resolução CFC nº 1255/09, p. 47. “Presume-se que a aplicação desta norma pelas entidades de pequeno e médio porte, com divulgação adicional quando necessária, resulte na adequada apresentação da posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade”.

Quando a adoção de uma exigência for insuficiente para o entendimento dos usuários em relação a seus efeitos e transações, é obrigatória a divulgação adicional para maior transparência dos mesmos, através de notas explicativas.

Tais notas são quadros suplementares que contem outras informações, sendo informações adicionais relevantes aos usuários constantes no balanço patrimonial e demonstração de resultado. Além de informações sobre riscos e incertezas que afetam a entidade, as demais informações ou obrigações que não exista necessidade em norma que tais itens devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. (Resolução CFC nº1121/08).

As mesmas devem conter informações em relação às demonstrações e das práticas contábeis específicas, divulgar informações exigidas pela Norma que não estiverem apresentadas em outras demonstrações, e que seja relevante. Notadamente, as notas explicativas passaram a compor os relatórios contábeis.

A apresentação das notas explicativas acontece da seguinte forma: declaração que as demonstrações foram efetuadas em conformidade com a norma, resumo das principais praticas contábeis utilizadas, informações de auxilio a itens anteriormente apresentados, na ordem de cada demonstração, e na ordem de cada conta. (Resolução CFC nº1255/09).

Além das práticas anteriormente descritas, observam-se também as Políticas, Mudanças de Estimativas de Retificação de Erro, que é um ajuste de valor contábil do ativo ou passivo, ou do valor do consumo periódico de ativo decorrente da avaliação da posição corrente esperada dos benefícios futuros e suas obrigações, resultante de omissões ou más informações de exercícios anteriores, tais como, erros matemáticos, erros na aplicação das práticas contábeis e fraudes. No momento que perceber tal inconformidade a entidade deve corrigir os mesmos nas primeiras demonstrações seguintes. Os procedimentos devem ocorrer da seguinte forma: a comparação de valores relativos ao ano em que o erro ocorreu, se o erro aconteceu em exercícios anteriores ou estes serem mais antigo, e os mesmos devem ser recalculados.

2.4 ESTOQUES

Os estoques fazem parte dos ativos da entidade, além de mensurar apenas o estoque existem outros procedimentos que devem ser mensurados, como custo de estoques, custo de aquisição custos de transformação, alocação dos custos indiretos de produção, produtos conjuntos e subprodutos, outros custos, etc.(Resolução CFC nº 1255/09).

Define se como estoques, ativos mantidos para venda e processo de produção para venda. Sua avaliação geralmente é feita entre o menor valor e o preço de venda, diminuindo assim o valor para compensar a produção e as despesas de vendas, deve ser incluído no custo, todos os custos de compra, transformação e outros custos incorridos. Os custos de aquisição englobam o preço de compra, tributos de importação, transportes, manuseio e outros custos diretamente atribuídos na aquisição de bens acabados, materiais e serviços. A entidade pode adquirir estoques com pagamentos futuros, em alguns casos com diferença entre o preço de compra e o pagamento futuro não declarado, diferença essa lançada como despesa com juros durante o período do financiamento e não é somada ao custo dos estoques. (Resolução CFC nº 1255/09).

O método de avaliação de estoques que a entidade deve utilizar é o primeiro a entrar, o primeiro a sair (PEPS ou FIFO), ou custo médio ponderado, métodos estes utilizados para todos os estoques de natureza da entidade ou similares. O método último a entrar e primeiro a sair (UEPS ou LIFO), não é permitido na norma CFC nº1255/09 nem nas normas internacionais de contabilidade.

Ao final de cada exercício, a entidade é obrigada a fazer uma análise e identificar se alguns itens precisam ter seu valor reduzido ao seu valor recuperável, devido à obsolescência, ou declínio no preço de venda. Isso faz com que a entidade registre seu estoque pelo preço de venda, menos o custo, para contemplar a produção e vender, e deve reconhecer a perda por redução ao valor recuperável. (Resolução CFC nº1255/09).

2.5 IMOBILIZADO

Os imobilizados são definidos como ativos tangíveis que, e mantidos para a produção, prestação de serviços ou de bens, com fins administrativos ou alugueis à terceiros, que serão utilizados para mais de um período. (Resolução CFC n ° 1255/09).

A entidade apenas deve reconhecer tais itens, se o custo do item puder ser mensurado de maneira confiável. Terrenos e os edifícios são ativos separáveis e a entidade deve contabilizá-los em separado, mesmo quando adquirido em conjunto. A mensuração de um item do ativo imobilizado deve ser efetuada pelo seu custo inicial. São considerados elementos de custo, o preço de compra, incluindo taxas legais e de corretagem, tributos de importação e tributos não recuperáveis, custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local adequado para funcionar. Os ativos devem ser depreciados ao longo de sua vida útil, porém quando estes ativos tiverem padrões econômicos diferentes, estes devem ser depreciados separadamente. (Resolução CFC nº1255/09). Deve-se ainda levar em consideração fatores como, mudança na maneira de utilização do ativo, desgaste ou quebra inesperada, progresso tecnológico ou mudança no preço de mercado, para a correta alocação do valor.

2.6 ADOÇÃO INICIAL DA RESOLUÇÃO

A adoção inicial da Resolução CFC nº1255/09, pode ser aplicada independentemente das práticas anteriormente adotadas, contudo, a entidade que adotar a Norma pela primeira vez, será obrigada a adotá-la em períodos posteriores, não podendo deixar de efetuar as demonstrações adequadas nela exigidas. As mesmas devem conter uma declaração, explícita e não reservada em conformidade com a Norma. São consideradas as primeiras demonstrações elaboradas da entidade se, a mesma não apresentou demonstrações em períodos anteriores, ou de acordo com outras exigências, que não constam na Norma, ou ainda, conforme as normas CFC.

A Resolução CFC nº1255/09 exige à entidade divulgar, um conjunto de complementos contábeis, informações comparativas, com relação aos períodos anteriores para todos os valores monetários apresentados nas demonstrações, como também, para as informações comparativas para mais de um período anterior comparável.

Políticas utilizadas no seu balanço patrimonial de abertura podem divergir das práticas contábeis anteriores, seus ajustes derivam de transações, outros eventos e condições

anteriores a data de transição. Ajustes estes que devem ser lançados diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, na data de transição.

Na adoção inicial não é permitido alteração retrospectiva do tratamento contábil anterior, para: Baixa de ativos e passivos financeiros, os ativos e passivos baixados de acordo com a prática anterior à transição, não devem ser reconhecidos no momento da adoção da norma. Porém, os ativos e passivos em transação ocorrido antes da transição, e que não foram desreconhecidos na prática anterior, a entidade pode optar em baixá-los ou continuar reconhecendo-os até a alienação ou liquidação; Estimativas contábeis; Operações descontinuadas; Mensuração da participação dos não controlados.

A entidade deve, explicar em notas explicativas como a transição das políticas e práticas contábeis anteriores, para a nova Norma afetou o seu balanço patrimonial, suas demonstrações de resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixas divulgados.

Para a correta adequação da entidade à Norma, as demonstrações devem conter: Descrição da natureza de cada mudança de prática contábil; Conciliação do patrimônio líquido, de acordo com práticas contábeis anteriores, para o seu patrimônio líquido determinado de acordo com esta norma.

Se houverem erros na prática contábil anterior, e a entidade estiver consciente dos mesmos, estes devem distinguir a correção dos erros nas mudanças das práticas contábeis.

2.7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E RECONHECIMENTO DE ATIVOS, PASSIVOS, RECEITAS E DESPESAS

Segue abaixo a descrição das diferenças dos critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, despesas e receitas entre as normas anteriores e a Resolução CFC nº1255/09.

CONTAS	CRITÉRIOS	
	REGRA ANTERIOR	REGRA ATUAL
CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	São registradas pelo valor nominal constante nos documento correspondente as transações	Deve-se se apresentar os componentes de caixa e equivalente de caixa, como também uma conciliação dos valores divulgados em fluxos de caixa e balanços, não sendo necessário se esses valores forem idênticos em ambas as demonstrações.
CONTAS A RECEBER	Oriundas de transações normais, como vendas ou serviços prestados. Devem ser avaliadas pelo seu valor líquido, em dinheiro ou equivalente	Oriundas de transações, como vendas ou serviços prestados. Devem se avaliadas pelo seu valor líquido, em dinheiro ou equivalente

		técnica de avaliação, sempre para baixo, nunca um valor elevado. (Um valor Justo).
VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	Iudicibus já comentava que: Periodicamente as entidades devem efetuar o Teste de recuperabilidade do custo, que na prática implica que o valor do custo dos ativos seja limitado a seu valor econômico. Também válido para ativos reavaliados, nessa data da reavaliação, os ativos ficam registrados contabilmente por seu valor de mercado. (Valor de referencia para o teste de recuperabilidade)	Aplicável para, imobilizado, intangível, estoque, propriedade de investimento quando não é valor justo. A norma estabelece que se efetue o cálculo, sempre que existirem fatores de descapitalização internos e externos. Caso existam evidências claras de que os ativos registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas.
INTANGIVEL	Valor reside não em propriedade física, mas nos direitos de propriedade que são legalmente conferidos aos seus possuidores, patentes, direitos autorais, marcas etc.	É reconhecido apenas se obter prováveis benefícios futuros, o custo do ativo puder ser mensurado e não resultar em gastos incorridos internamente.
DIFERIDO	Caracterizados como ativos intangíveis, que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais, no período de tempo, em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa.	Conforme norma atual não será mais utilizada, sendo apenas reconhecido diferido referentes a exercícios anteriores ate sua total liquidação ou amortização.
(PASSIVO CIRCULANTE) FORNECEDORES OBRIGAÇÕES FISCAIS OUTROS	Obrigações da entidade cuja liquidação se espera ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa. Podem representar valores fixos ou variáveis.	Obrigações da entidade cuja liquidação se espera ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa. Podem representar valores fixos ou variáveis.
DUPLICATAS DESCONTADAS	Considerada uma conta redutora da conta clientes.	Através da reclassificação, tornou-se uma conta passiva, devido que, no momento de descontar a mesma se torna uma obrigação para a empresa
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	Só deverão constar valores recebidos que não serão, em hipótese alguma, devolvidos pela empresa nem representam obrigação qualquer de sua parte de entregar bens e serviços, os recebimentos deve se referir a transações que afetarão exercícios seguintes, após transitarem pelo resultado.	Só deverão constar valores recebidos que não serão, em hipótese alguma, devolvidos pela empresa nem representam obrigação qualquer de sua parte de entregar bens e serviços, os recebimentos deve se referir a transações que afetarão exercícios seguintes, após transitarem pelo resultado.
PATRIMONIO LÍQUIDO	Diferença dos valores do Ativo e passivo.	Diferença entre os valores do Ativo e Passivo.
CAPITAL SOCIAL	Representa investimentos efetuados pelos sócios na entidade, e valores recebidos pela empresa, ou por ela gerados, e incorporados ao Capital.	Representa investimentos efetuados pelos sócios na entidade, e valores recebidos pela empresa, ou por ela gerado, e incorporado ao Capital.
RESERVA DE CAPITAL	Representam os valores recebidos que não transitaram por seu resultado como receitas.	Representam os valores recebidos que não transitaram por seu resultado como receitas.

VALOR PATRIMONIAL JUSTO	Não era utilizado.	Os valores resultantes da atribuição de novo valor aos bens, e os mesmos forem depreciados, amortizados ou baixados, os respectivos valores devem ser transferidos da conta Ajuste de avaliação patrimonial para Lucros ou prejuízos acumulados.
RESERVA DE LUCROS	Representa os lucros obtidos pela mesma empresa, retidos com finalidade específica, a destinação de valores é optativa.	Representa os lucros obtidos pela mesma empresa, retidos com finalidade específica. No exercício seguinte a mesma deve ser distribuída aos sócios.
LUCRO OU PREJÍZO ACUMULADO	Representa os resultados obtidos, mas retidos sem finalidade específica (lucros), ou à espera de absorção futura (prejuízo).	Os ajustes resultantes na adoção inicial da resolução devem ser reconhecidos diretamente em lucros ou prejuízos acumulados.
AÇÕES EM TESOURARIA	É a menor parcela em que se divide o capital social da entidade, e deve constar nas notas explicativas critérios como: emissão, número e espécie.	É a menor parcela em que se divide o capital social da entidade, e deve constar nas notas explicativas critérios como: emissão, número e espécie.
RECEITAS	Deve ser reconhecida na demonstração de resultado ou demonstração do resultado abrangente quando houver aumento nos benefícios econômicos futuros quando do aumento no ativo ou diminuição do passivo que possa ser avaliado confiavelmente.	Deve ser reconhecida na demonstração de resultado ou demonstração do resultado abrangente quando houver aumento nos benefícios econômicos futuros quando do aumento no ativo ou diminuição do passivo que possa ser avaliado confiavelmente.
DESPESAS	Deve ser reconhecida na demonstração de resultado ou demonstração do resultado abrangente quando houver diminuição nos benefícios econômicos futuros quando da diminuição no ativo ou aumento no passivo que possa ser avaliado confiavelmente.	Deve ser reconhecida na demonstração de resultado ou demonstração do resultado abrangente quando houver diminuição nos benefícios econômicos futuros quando da diminuição no ativo ou aumento no passivo que possa ser avaliado confiavelmente.

Quadro1- Critérios de Avaliação e Reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas.
Fonte: IUDÍCIBUS, 2003. Resolução CFC nº1255/09.

3 METODOLOGIA

Ao iniciar o planejamento de uma pesquisa científica se faz necessário o estabelecimento de critérios, pois a partir do problema definido para o projeto de pesquisa, a metodologia precisa estar organizada para a realização da investigação.

Quanto à natureza, a presente pesquisa se classifica como aplicada, por ter o objetivo de gerar conhecimentos aplicáveis para a prática, e solução de problemas da entidade.

Dessa forma, pretendeu-se aplicar a legislação e os conceitos da Resolução CFC nº 1255/09, na empresa em estudo com o intuito de levantar o balanço patrimonial de abertura,

relacionar os procedimentos iniciais de adoção da normativa, e após, identificar e analisar os impactos decorrentes das alterações advindas da Resolução com as regras contábeis anteriores.

Do ponto de vista dos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo, porque visa proporcionar informações da empresa e identificar os procedimentos iniciais da escrituração.

Ainda classifica-se o estudo, como pesquisa ação, estudo de caso e participante, considerando que, o novo cenário contábil para as pequenas e médias empresas, o mesmo será implantado na JC Motos com base nas normas de convergência contábil.

A pesquisa participante valoriza a experiência profissional dos pesquisadores e pesquisada, isso faz que ela se torne interessante, pela possibilidade de aplicação na prática do que está sendo investigado. A pesquisa ação é uma pesquisa que permite obter conhecimento de primeira mão sobre a realidade social da entidade. Com isso, o pesquisador tem proximidade dos dados, que permitem o desenvolvimento de análises e conceitos da pesquisa. O estudo de caso caracteriza-se principalmente pela realização de modo intensivo, devido a esforços realizados pelos pesquisadores, exigindo acompanhamento contínuo dos mesmos.

Dentro da delimitação da pesquisa, foram identificados na empresa, através de documentos de entrada os itens patrimoniais ativos, para a composição deste (caixa, bancos, valores a receber, estoques, imobilizado) além de outros valores desse grupo.

Para a formação do grupo de dívidas e obrigações, os documentos dessa ordem, caso existam (contratos de empréstimos, fornecedores, outros valores a pagar). Por fim, os registros da constituição da empresa. Isto, pois, a empresa em questão não possui contabilidade regular, portanto, tal levantamento foi necessário à consecução dos objetivos.

Os dados necessários à execução do presente estudo foram coletados junto ao escritório contábil responsável pela Empresa em estudo correspondente ao período inicial de 01 de Janeiro de 2011.

Por aprimorar conhecimentos, relacionados à aplicação das normas de convergência contábil para pequenas e médias empresas, e com base nos conceitos existentes, o presente estudo, classifica-se a presente pesquisa como qualitativa, por descrever a complexidade de determinado problema, analisar, compreender e classificar mudanças em processos vividos pela empresa em estudo. A presente pesquisa justifica-se como abordagem qualitativa, devido a contabilidade ser uma ciência social, e não exata, apesar de lidar com números, ao contrario do que muitos pensam.

Após a etapa da coleta dos dados necessários para a realização do projeto, o passo inicial foi levantamento do inventário geral inicial, o qual foi detalhadamente apresentado.

Em outro momento, levantamento dados e informações para o início da escrituração contábil em conformidade com a norma em estudo.

A análise descritiva visa descrever e descobrir fenômenos, e investiga a relação de casualidade entre os mesmos, na contabilidade visa propor o levantamento de opiniões dos contadores em relação aos dados descritos.

Por fim, fez-se a descrição das informações coletadas, com o objetivo de avaliar e reconhecer os ativos, passivos, despesas e receitas pelas normas anteriores e de acordo com Resolução do CFC n ° 1255/09.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As pequenas e médias empresas que não se adequaram diante do novo regramento contábil, no ano de 2010, deverão efetuar o mesmo obrigatoriamente em 2011 para que no ano seguinte seja possível a comparação entre os levantamentos patrimoniais.

Segundo Porciúncula (2011) até 2012 o Conselho Regional de Contabilidade estará atuando nas fiscalizações sob forma de orientação, sendo que a partir de 2013 aplicará multas aos profissionais contábeis que não adotarem a Resolução CFC nº1255/09 nas demonstrações contábeis das pequenas e médias empresas.

No caso da empresa em análise, a pesquisadora efetuou o levantamento patrimonial inicial na data de 02/01/2011. Foram conferidos os valores iniciais existentes nas seguintes contas: valor em caixa depositado em banco, valores referentes a receber de clientes, duplicatas descontadas, contagem física dos estoques, imobilizado referente a equipamentos, ferramentas em geral e imóveis.

O próximo passo constituiu em avaliar a valor justo dos itens ativos do imobilizado, conforme laudo técnico, em relação à vida útil, e com base nas taxas de cálculo de depreciação. Também se observa valores referentes a obrigações junto a fornecedores, tributos não recolhidos no prazo legal. Em relação ao patrimônio líquido, o valor do Capital social constante do contrato social, ajustes de avaliação do imobilizado e por fim o resultado acumulado.

A seguir no quadro 2 apresenta-se o levantamento patrimonial em conformidade com a norma contábeis anterior, e posteriormente de acordo com o novo regramento contábil. Da mesma forma apresenta-se a demonstração o resultado do exercício, com base nos dados coletados na data do levantamento inicial conforme mencionado anteriormente.

BALANÇO ANTES DA NORMA		BALANÇO APÓS DA NORMA	
ATIVO		ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	37.990,00	ATIVO CIRCULANTE	44.690,00
Caixa	2.000,00	Caixa	2.000,00
Banco	6.470,00	Banco	6.470,00
Clientes	9.750,00	Clientes	9.750,00
(-) duplicatas Descontadas	6.700,00	Estoques	26.470,00
Estoques	26.470,00		
ATIVO PERMANENTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
IMOBILIZADO	21.000,00	IMOBILIZADO	89.688,00
CUSTO	48.803,00	CUSTO	66.422,00
Ferramentas e Equipamentos	13.803,00	Ferramentas Equipamentos	6.422,00
Imóvel	35.000,00	Imóvel	60.000,00
DEPRECIACÃO	27.803,00	DEPRECIACÃO	21.424,19
(-) Depreciação de Fer. E Equip.	13.803,00	(-) Depreciação de Fe. E Equip.	4.281,33
(-) Depreciação Imóvel	14.000,00	(-) Depreciação Imóvel	17.142,86
TOTAL ATIVO	58.990,00	TOTAL ATIVO	
PASSIVO		PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	34.713,00	PASSIVO CIRCULANTE	41.413,00
Fornecedor	24.178,00	Fornecedor	24.178,00
Empréstimos	9.224,00	Duplicatas Descontadas	6.700,00
Simples a Pagar	650,00	Empréstimos	9.224,00
INSS a Pagar	661,00	Simples a Pagar	650,00
		INSS a Pagar	661,00
PATRIMONIO LIQUIDO			
Capital Social	10.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Lucros/Prejuízos Acumulados	14.277,00	Capital Social	10.000,00
		Ajuste Avaliação Patrimonial Imóvel	42.857,14
		Ajuste Avaliação Patrimonial Fer. Eq.	2.141,00
		Prejuízos Acumulados	13.585,14
TOTAL PASSIVO + PL	58.990,00	TOTAL PASSIVO + PL	89.688,00

Quadro2- Balanço Patrimonial Fonte: Pesquisadora

Em seguida no quadro 3 demonstram-se os dois modelos da DRE, anterior à norma nova, como também a DRE em conformidade com o regramento ora vigente, sendo possível observar as mudanças ocorridas nas contas, cujos dados coletados no início do exercício.

DRE ANTES DA NORMA		DRE APÓS A NORMA	
Receitas Operacionais Bruta		Receitas Operacionais Bruta	
Venda de Mercadorias	117.933,74	Venda de Mercadorias	117.933,74
Serviços Prestados	19.143,65	Serviços Prestados	19.143,65
Deduções		Deduções	
(-) Simples	(5.038,14)	(-) Simples	(5.038,14)
Receita Líquida	132.039,25	Receita Líquida	132.039,25
(-) CMV	(57.174,63)	(-) CMV	(57.174,63)
Lucro Bruto	74.864,62	Lucro Bruto	74.864,62
Despesas Operacionais	(30.880,56)	Despesas Operacionais	(30.880,56)
Despesas com vendas	(1.709,86)	Despesas com Vendas	(1.709,86)
Despesas não operacionais			
Venda imob.	(194,20)		
(-) Outras Despesas	27.803,00	(-) Outras Despesas	26.236,40
(-) Depreciação Ferramentas Equipamentos	(13.803,00)	(-) Depreciação Fer. Equip.	428,13
(-) Depreciação Imóvel	(14.000,00)	(-) depreciação Imóvel	1.714,29
Lucro Líquido do Exercício	14.277,00	Lucro Líquido do Exercício	16.037,80

Quadro 3- Demonstração Resultado do Exercício.

Fonte: Pesquisadora

A seguir no quadro 4 está representado os Cálculos Referentes às depreciações.

IMÓVEL	ANTES	DEPOIS	RESULTADO
1- Vida Útil	25 anos	35 anos	

2-Vida Percorrida	10 anos	10 anos	
3-valor do Imóvel	R\$35.000,00	R\$60.000,00	
4- Depreciação Acum. Registrada	R\$14.000,00	R\$14.000,00	
5- Depreciação Acum. Calculada	R\$ 14.000,00	Item 3/item 1 x item 2	R\$ 17.142,86
6-Depreciação Exercício	R\$ 1.400,00	Item 3/item 1	R\$ 1.714,29
7-Depreciação Ajustada no PL	R\$ 0,00	Item5-item 4- item 6	R\$1.428,57
FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS	ANTES	DEPOIS	RESULTADO
1- Vida útil	5 anos	15 anos	
2 - vida percorrida	10 anos	10 anos	
3-Valor de Fer. Equi.	R\$13.803,00	R\$6.422,00	
4-Depreciação Acumulada registrada	R\$13.803,00	R\$ 13.803,00	
5-Depreciação Acumulada Calculada	R\$13.803,00	Item3/item1 x item 2	R\$4.281,33
6-Depreciação Exercício	R\$ 1.380,30	Item 3/ item 1	R\$428,13
7- Depreciação Ajustada no PL	R\$0.00	Item 5 –item 4 –item 6	(R\$9.093,54)

Quadro 4- Tabela de Cálculo de Depreciações

Fonte: Pesquisadora

De acordo com o quadro 4 acima a depreciação de Ferramentas estava acumulada em R\$ 13.803,00, com a nova regra de reavaliação passou a ser R\$ 4.281,3, e os anos de vida utilizados foi 10 (dez) anos, após conforme avaliações estima-se uma vida útil de 5 (cinco)anos totalizando 15(quinze), observando que aumentou a vida útil do bem em mais 5 (cinco) anos. Também, observa-se que o valor do bem anterior ao ajuste no valor de R\$ 13.803,00, e totalmente depreciado, após a reavaliação passou a ser R\$ 6.422,00, com isso ocorre uma perda por irrecuperabilidade de R\$ 9.093,54.

O mesmo procedimento foi realizado com o cálculo da depreciação do bem imóvel e avaliação a valor justo do imóvel, sendo que o prazo de utilização até a data do levantamento foi de 10 (dez) anos. Após a nova regra passou a ser 35(trinta) anos. Como se pode observar o imóvel anterior à nova regra teve uma depreciação acumulada de R\$ 14.000,00, após o novo cálculo passou a ser R\$ 17.142,86, Ocorrendo uma valorização do imóvel, pois o valor inicial ao levantamento dos dados esteve avaliado em R\$ 35.000,00, após a nova reavaliação passou a ser R\$ 60.000,00.

4.1 PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE ESCRITURAÇÃO INICIAL

Neste parágrafo descrevem-se os procedimentos para as pequenas e médias empresas adotarem pela primeira vez a norma que lhes cabe. As normas de adoção inicial, após sua

implantação, não poderão ser mais reutilizadas, ou seja, é permitido apenas utilizá-las uma única vez. Os procedimentos iniciais podem ser implantados sem levar em consideração as práticas contábeis anteriormente praticadas pelas empresas dos portes abrangentes da Resolução CFC nº 1255/09.

As demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com a norma devem conter uma declaração explícita e não reservada de conformidade com a devida norma. Considera-se adoção inicial quando a empresa não apresentou demonstrações em anos anteriores, ou de acordo com outras exigências, ou não consistentes, ou ainda, de acordo com um conjunto de normas do CFC anteriores.

Nos procedimentos básicos iniciais de escrituração, a entidade deve reconhecer todos os ativos e passivos de acordo com o regramento ditado pelo CFC. Não reconhece itens como ativos ou passivos, se a mesma não permitir, reclassificar itens que reconheceu, de acordo com regras anteriores, como ativo ou passivo ou patrimônio líquido, mas que seja um tipo distinto de ativo, passivo ou componente de acordo com a norma; aplicar a resolução na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos pela mesma.

As demonstrações financeiras para PMEs devem representar a posição patrimonial e financeira da empresa, para tal é exigido os seguintes relatórios contábeis: a) Balanço Patrimonial, do qual demonstra a situação financeira e patrimonial, b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração de Resultado Abrangente (DRA). A DRE, apresenta todos os itens de receitas, custos e despesas de um período e a DRA inicia na última linha da DRE, apresentando os demais resultados abrangentes, tais como resultado de outros eventos que não são derivados de transações com os sócios, e ainda efeito de reclassificação dos outros resultados abrangentes para o resultado do período. Exemplo: Ganhos ou perdas atuariais.

Outro demonstrativo necessário é a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que tem por finalidade demonstrar os recursos financeiros decorrentes das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos. Por fim, as Notas explicativas deverão conter informações adicionais aquelas apresentadas no conjunto de demonstrações financeiras, descrevendo detalhes dos itens apresentados e ainda informações sobre itens que não se qualificam para o reconhecimento nessas informações.

Por ser obrigatória a partir de 2010 a adequação das PMEs à Resolução CFC nº1255/09, destaca-se as principais alterações:

Demonstrações comparativas em relação ao período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente; o conjunto de demonstrações

tais como, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Fluxo de caixa e Notas explicativas.

Nos critérios de avaliação e reconhecimento na estrutura do Balanço Patrimonial, observam-se as mudanças na classificação das duplicatas descontadas, conforme a norma as mesmas deixam de ser conta redutora de clientes, e passa a integrar o passivo como obrigação da empresa. Outro item é a conta ajustes de valor patrimonial para imobilizados, teste de recuperabilidade de ativos, (*impairment*), aplicado para imobilizado, com tal procedimento observa-se o ajuste dos valores, tais como, ganhos ou perdas.

5 CONCLUSÃO

Por ser responsável por gerar informações de suma importância a contabilidade se tornou indispensável para pequenas e médias empresas, considerando que estas estão em busca de se adequar a essa nova realidade contábil, devido à convergência das normas internacionais, para isso é necessário também que os profissionais de contabilidade estejam qualificados para atender tais exigências.

Com o objetivo de implantar e orientar proprietários de negócios econômicos, a adoção inicial de convergência na empresa em estudo, se fez necessário a participação em cursos e palestras oferecidas pelo CRC/RS, para obter maior conhecimento sobre o assunto em questão. Para tal procedimento ser possível, fez-se o levantamento de valores financeiros, junto à empresa para posteriormente a elaboração do Balanço Patrimonial, onde foi efetuada avaliação pelo valor justo do imobilizado e na seqüência a apuração da depreciação, gerando um aumento do imobilizado, tendo em vista que os itens do imobilizado estavam em uso desde o início das atividades da empresa.

Por se tratar de empresas que não estavam obrigadas a tais demonstrações, buscou-se demonstrar em modelos de balanço patrimonial e DRE as principais mudanças no reconhecimento de certos itens, como também a mudança na estrutura dos grupos e contas do Balanço Patrimonial.

Contudo ao realizar esse trabalho, se constatou a urgência de conscientizar o pequeno e médio empresário, para a obrigatoriedade em cumprimento e adequação a nova realidade contábil, principalmente em relação ao fornecimento correto das informações ao profissional contábil a cada final de período. Tendo em vista que, em um curto espaço de tempo, o órgão

competente estará fiscalizando e autuando as empresas que não estiverem de acordo com a norma.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 2º Edição, Editora Atlas S.A. São Paulo, 2004.

BRASIL. Resolução CFC nº1255 de 10 de Dezembro de 2009. **Contabilidade Para Pequenas Médias Empresas**. Acesso em 29/04/2011.

BRASIL. Resolução CFC nº1121/08 de 28 Março de 2008. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Acesso em 13/06/2011.

CFC- Conselho Federal de Contabilidade, Disponível em: www.cfc.org.br. Acesso em: 29/04/2011.

CPC - **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em: www.CPC.org.br. Acesso em: 14/03/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 6º Edição. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3º Edição, Editora Atlas S.A. São Paulo, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade**. 6ª Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 8º Edição, Editora Atlas S.A. São Paulo, 2006.

MARION, José Carlos, **Contabilidade Básica**, 4º Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 1996.

MOURAD, Nabil Ahmad, PARASKEVOPOULOS, Alexandre, **IFRS, Normas Internacionais de Contabilidade para Instrumentos Financeiros IAS 32, IAS 39 e IFRS 7**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi, SILVA. **Contabilidade Internacional**, 1º Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi, SILVA, Augusto Tibúrcio, **Teoria da Contabilidade**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 5º Edição, Editora Atlas S.A. São Paulo, 2004.

Porciúncula. Sérgio Augusto da; CRC- Conselho Regional de Contabilidade. **A Nova Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Aplicação Prática.** Janeiro 2011.